### MPV 780 00031

=	
_	
_	
=	
	ì
=	٠,
=	
_	
	٩
=	(
=	,
=	,
	- 3
=	(
	1
	,
	1
	(
	-
_	٠
=	
_	

	1 ETIQUETA		
APRESENTAÇÃO DE EMENDAS			
2 DATA 3	PROPOSIÇÃO		
29/05/2017 Medida Provisória n.º 780, de 19 de maio de 2017			
4 AUTOR	5 N. PRONTUÁRIO		
Dep. Luiz Carlos Hauly – PSDB/PR			
,	454		
6			
SUPRESIVA 2- SUBSTITUTIVA 3- X	MODIFICATIVA 4- ADITIVA 9- SUBSTITUTIVO GLOBAL		
0 ARTIGO PARÁGRA	FO INCISO ALÍNEA		

## **TEXTO**

### **EMENDA MODIFICATIVA**

Dê-se ao artigo 7º, a seguinte redação:

- Art. 7º A exclusão do devedor do PRD, a exigibilidade imediata da totalidade do débito confessado e ainda não pago e a execução automática da garantia prestada ocorrerão nas seguintes hipóteses:
- I a falta de pagamento de três parcelas consecutivas ou seis parcelas alternadas;
- II a constatação, pelas autarquias e fundações públicas federais ou pela Procuradoria-Geral Federal, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento do parcelamento;
- III a decretação de falência ou a extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica optante;

IV - a concessão de medida cautelar fiscal, nos termos da Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992; ou

V - a declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, nos termos dos art. 80 e art. 81 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Parágrafo único – Na hipótese de efetiva exclusão de débitos, será assegurado o direito do contribuinte de se defender ou pagar as parcelas em atraso no prazo de 30 dias contados da sua notificação de exclusão.

# **JUSTIFICAÇÃO**

Modificamos o inciso I para que apenas o inadimplemento de seis parcelas alternadas permita a exclusão do PRD, especialmente em razão do atual momento de crise

Suprimimos o inciso II para harmonizar com o inciso I, já que apenas três parcelas seguidas ou seis alternadas possibilitam a exclusão do contribuinte ao PRD. Ademais, um erro do contribuinte pode ser fatal, mesmo após o pagamento de praticamente todo o valor acordado.

Adicionamos no parágrafo único o texto "observado o direito do contribuinte de se defender ou pagar as parcelas em atraso em 30 dias", para garantir o direito do contribuinte a regularização das parcelas em atraso ou garantir seu direito constitucional do contraditório e da ampla defesa.

Desta forma, se faz de grande importância a aprovação da presente matéria de modo a refinanciar as dívidas tributárias das empresas para fomentar a atividade econômica no momento de crise.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares à presente Emenda.

# 

Dep. LUIZ CARLOS HAULY – PSDB/PR

ASSINA Uta-